NOTA PÚBLICA

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo - COMAS, órgão de deliberação instituído pela Lei Municipal nº 12.524, de 1 de dezembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999, composto pela representatividade da Sociedade Civil e do Poder Público, que tem a missão de promover o controle social da política pública de Assistência Social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, vem a público para manifestar repúdio ao corte de 10 bilhões de reais do Orçamento da União de 2016 para o Programa Bolsa Família, proposto pelo Deputado Federal Ricardo Barros (PP-PR), relator do orçamento 2016.

O Bolsa Família é programa federal de transferência de renda, criado em 2003, que tem como principais eixos: o complemento da renda (exclusivo a famílias de baixa renda em situação de pobreza e extrema pobreza); o acesso a direitos (saúde, educação e assistência social, entre outros); e a articulação com outras ações que contribuem para o desenvolvimento das famílias e de seus membros. É executado pelos Municípios em gestão compartilhada com Estados e Governo Federal e tem contribuído, sobremaneira, para o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil. Além de retirar 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, o Bolsa Família tem assegurado a permanência de 17 milhões de crianças e jovens na escola e o acompanhamento de saúde e vacinação a 7,5 milhões de crianças. Houve uma redução inédita no Brasil da desigualdade de renda nos últimos 12 anos. Com o crescimento da economia e iniciativas como o aumento real do salário mínimo e a desoneração da cesta básica, a criação do Programa Bolsa Família foi fator decisivo para a melhoria das condições de vida e de acesso à alimentação adequada das famílias mais pobres e vulneráveis à fome.

Na cidade de São Paulo, segundo estudo do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS apresentado aos Gestores do Cadastro Único nas Metrópoles em seu 8º Encontro (Novembro 2015), considerando o corte proposto no orçamento, 50% das famílias atualmente no programa, respectivamente 238.110 famílias perderiam o benefício, o que corresponde a 773.634 pessoas. Conforme as projeções, somente no nosso município, 161.397 famílias ou 545.824 pessoas retornarão a situação de Pobreza e 76.713 famílias, ou seja, 227.810 pessoas retornarão a Extrema Pobreza ao serem retiradas do Programa Bolsa Família devido ao corte no orçamento.

O programa de transferência de renda brasileiro é reconhecido internacionalmente pelo foco que mantém nos mais pobres e também pelo seu baixo custo. O controle das informações envolve a atualização cadastral, que

ocorre a cada dois anos, e o cruzamento de dados com outras bases oficiais de rendimentos do trabalho e previdência. Todos os titulares de cartões do Bolsa Família tem seus nomes publicados na internet e no site do Portal da Transparência. O número de famílias que participam do Bolsa Família vem se mantendo estável desde 2012, com a saída de quem melhora de vida e não mais se encaixa no perfil do programa e com a entrada de novas famílias impactadas por dificuldades econômicas. As metas de atendimento do programa são projetadas com base nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, identificando as famílias em risco de pobreza. Os pagamentos do Bolsa Família vem sendo integralmente preservados pelo governo. A proposta de Lei Orçamentária da União para 2016, enviada pelo governo ao Congresso Nacional, prevê o repasse de R$ 28,8 bilhões a cerca de 14 milhões de famílias beneficiárias. Recentemente, o Brasil foi premiado por ter superado a fome e a miséria extrema. Assim, repudiamos, incondicionalmente, o corte de 35% no Orçamento do Programa Bolsa Família, fato que significaria devolver milhões de famílias à condição de extrema pobreza.

Pela dignidade, acesso aos direitos e justiça social, não se pode retroceder! Pela defesa da manutenção integral do Orçamento do Programa Bolsa Família! Pela proteção social de milhões de brasileiros e brasileiras!

Repúdio a qualquer corte do Orçamento para os programas sociais!

*Texto base: nota pública Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social (FONSEAS) Colegiado Nacional de Gestores (as) Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) de 23 de outubro de 2015.